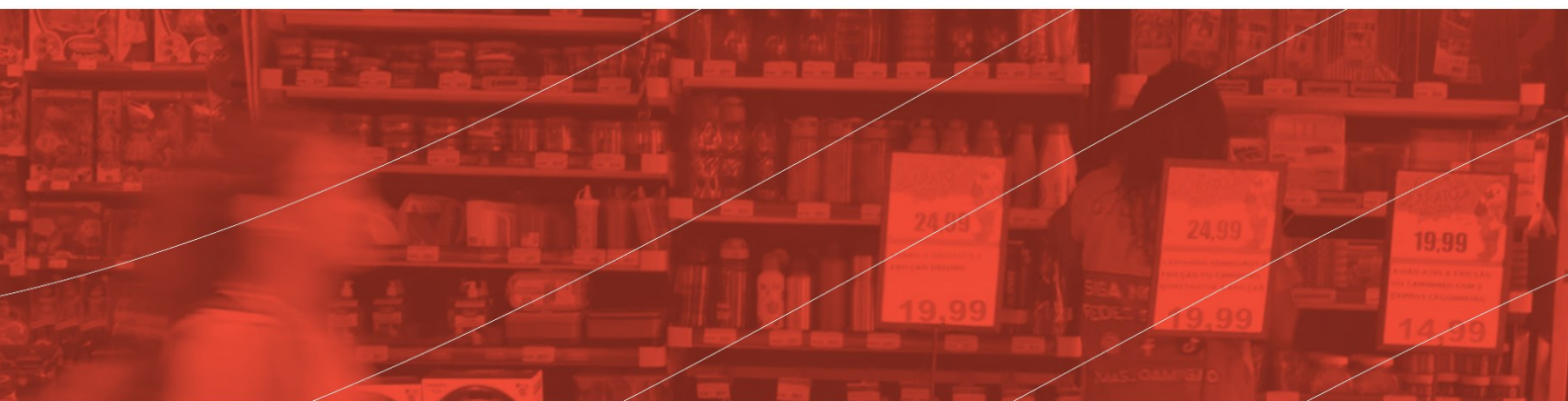




INFORME SOCIOECONÔMICO N° 52

Piauí amplia o número de residentes com rendimentos e se destaca na segurança de renda

PIAUÍ AMPLIA O NÚMERO DE RESIDENTES COM RENDIMENTOS E SE DESTACA NA SEGURANÇA DE RENDA

Este informe socioeconômico tem como objetivo analisar a evolução do rendimento médio dos residentes no Piauí, que em 2024 se destacou como o estado com maiores índices de abrangência da rede de proteção social e no fortalecimento dos rendimentos oriundos do trabalho. Além disso, em 2024, o Piauí atingiu a maior cobertura de rendimento dos últimos 12 anos, quando se iniciou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (PNADC/A), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que tem como amostra pessoas moradoras em domicílios particulares permanentes da área de abrangência de cada estado, região e do Brasil.

De acordo com os dados mais recentes da PNAD Contínua, divulgados em 08/05/2025, o rendimento médio mensal real dos residentes do Piauí foi de R\$ 2.102 em 2024 (Tabela 1). Esse valor corresponde ao valor médio da renda global da população residente, ou seja, que recebe com algum tipo de renda como os recebidos pelos trabalhos, as pensões e aposentadorias, os aluguéis e arrendamentos, entre outros.

Em 2024, o número de residentes com algum tipo de renda chegou a 2,123 milhões. Com isso, 64,2% da população declarou ter recebido rendimento de alguma fonte, o maior índice desde o início da série da PNAD Contínua, em 2012. O resultado representa um salto de 2,3 pontos percentuais em relação a 2023 e consolida uma tendência de crescimento contínuo nos últimos anos (Tabela 1).

Tabela 1 – Número de residentes com algum tipo de rendimento e o percentual (%) em relação à população total – Piauí

Piauí	Residentes com alguma fonte de renda (milhões)	% de residentes com renda
2012	1,844	57,4
2020	1,961	59,8
2021	1,978	60,2
2022	1,993	60,5
2023	2,043	61,9
2024	2,123	64,2

Fonte: IBGE. PNAD Contínua Anual (PNADC/A 2012-2024). Elaborado pela Superintendência CEPRO/SEPLAN (2025).

Na Tabela 2, a seguir, são apresentados os dados de rendimentos médio de todas as fontes de renda, contendo o valor médio real do ano inicial da pesquisa (2012) e dos últimos cinco anos de divulgação (2020-2024). Nesse período, o rendimento médio real de todas as fontes, portanto, deflacionado a partir dos preços médios do último ano, passou de R\$ 1.623 em 2012 para R\$ 2.102 em 2024, tendo atingido, em 2023, o maior valor de R\$ 2.231.

Tabela 2 – Rendimento médio mensal real da população residente com rendimento, a preços médios do último ano (R\$ 1,00) – Todas as fontes

Brasil, Região e Unidades da Federação	2012	2020	2021	2022	2023	2024
Brasil	2.837	2.856	2.709	2.764	2.971	3.057
Norte	2.238	2.091	1.943	2.145	2.358	2.334
Rondônia	2.339	2.340	2.150	2.394	2.587	2.749
Roraima	2.847	2.433	2.510	2.554	2.724	2.699
Amapá	2.421	2.174	2.114	2.390	2.707	2.638
Tocantins	2.106	2.246	2.161	2.404	2.552	2.630
Acre	2.421	2.215	2.012	2.136	2.176	2.271
Pará	2.041	1.964	1.802	2.038	2.254	2.202
Amazonas	2.556	2.095	1.941	2.034	2.299	2.190
Nordeste	1.859	2.011	1.790	1.860	1.961	2.080
Rio Grande do Norte	1.904	2.287	2.253	2.229	2.320	2.448
Sergipe	2.138	2.152	1.911	2.029	1.995	2.232
Pernambuco	2.149	2.013	1.816	1.818	1.888	2.221
Alagoas	1.725	1.845	1.669	1.735	1.913	2.160
Paraíba	1.770	1.929	1.841	2.003	2.216	2.124
Piauí	1.623	1.810	1.684	1.959	2.231	2.102
Bahia	1.881	2.076	1.754	1.810	1.877	2.028
Ceará	1.875	2.178	1.862	1.895	1.947	1.927
Maranhão	1.487	1.641	1.503	1.647	1.808	1.869
Centro-Oeste	3.288	3.177	3.054	3.225	3.502	3.569
Distrito Federal	5.605	5.105	4.996	4.919	5.192	5.147
Mato Grosso	2.842	2.874	2.678	2.889	3.157	3.402
Mato Grosso do Sul	2.813	3.009	2.863	3.102	3.172	3.248
Goiás	2.711	2.579	2.485	2.711	3.086	3.118
Sudeste	3.315	3.329	3.210	3.200	3.463	3.497
São Paulo	3.737	3.698	3.511	3.490	3.678	3.785
Rio de Janeiro	3.275	3.443	3.445	3.294	3.660	3.618
Espírito Santo	2.695	2.785	2.551	2.852	3.029	3.142
Minas Gerais	2.558	2.566	2.498	2.553	2.908	2.839
Sul	3.173	3.145	3.023	3.103	3.265	3.576
Santa Catarina	3.149	3.117	3.007	3.137	3.321	3.590
Rio Grande do Sul	3.211	3.204	3.092	3.184	3.325	3.571
Paraná	3.149	3.102	2.960	2.996	3.166	3.571

Fonte: IBGE. PNAD Contínua Anual (PNADC/A 2012-2024). Elaborado pela Superintendência CEPRO/SEPLAN (2025).

Assim, o resultado apresentado em 2024 demonstra uma diminuição de 5,78% em relação aos proventos de todas as origens de 2023 (R\$ 2.231), maior alcance de toda a série. Apesar do recuo do rendimento médio real interanual, esse dado evidencia o segundo melhor resultado da série histórica, representando um fortalecimento de 16,13% nos últimos cinco anos, como demonstrado no recorte mais recente (Tabela 3).

A evolução ao longo de toda série histórica é ainda mais expressiva, com uma variação de 29,51% no período de 2012 a 2024, sendo o maior crescimento entre todas as Unidades da Federação. Essa taxa é três vezes maior do que a variação média nacional (7,75%), como demonstrado nos dados constantes na Tabela 2, que contém o quadro comparativo de curto e médio prazo.

Tabela 3 – Variação (%) do rendimento médio mensal real da população residente com rendimento, a preços médios do último ano (R\$ 1,00) – Todas as fontes

Brasil e Unidades da Federação	Variação (%) 2024/2023	Variação (%) 2024/2020	Variação (%) 2024/2012
Piauí	-5,78	16,13	29,51
Rio Grande do Norte	5,52	7,04	28,57
Maranhão	3,37	13,89	25,69
Alagoas	12,91	17,07	25,22
Tocantins	3,06	17,10	24,88
Paraíba	-4,15	10,11	20,00
Mato Grosso	7,76	18,37	19,70
Rondônia	6,26	17,48	17,53
Espírito Santo	3,73	12,82	16,59
Mato Grosso do Sul	2,40	7,94	15,46
Goiás	1,04	20,90	15,01
Santa Catarina	8,10	15,17	14,00
Paraná	12,79	15,12	13,40
Rio Grande do Sul	7,40	11,45	11,21
Minas Gerais	-2,37	10,64	10,99
Rio de Janeiro	-1,15	5,08	10,47
Amapá	-2,55	21,34	8,96
Pará	-2,31	12,12	7,89
Bahia	8,04	-2,31	7,81
Brasil	2,89	7,04	7,75
Sergipe	11,88	3,72	4,40
Pernambuco	17,64	10,33	3,35
Ceará	-1,03	-11,52	2,77
São Paulo	2,91	2,35	1,28
Roraima	-0,92	10,93	-5,20
Acre	4,37	2,53	-6,20
Distrito Federal	-0,87	0,82	-8,17
Amazonas	-4,74	4,53	-14,32

Fonte: IBGE. PNAD Contínua Anual (PNADC/A 2012-2024). Elaborado pela Superintendência CEPRO/SEPLAN (2025).

No quadro da renda global estadual, em 2024, todas as fontes de rendimento apresentaram diminuição real. As reduções mais expressivas no período interanual ocorreram em Outros rendimentos (-36,86%), que englobam os valores recebidos pelo seguro-desemprego, rendimentos de poupança, programas de transferência de renda, entre outros; Aluguel e renda (-33,14%) e das rendas oriundas do mercado de trabalho (-8,09%) (Tabela 4).

Tabela 4 – Rendimento médio mensal real (todas as fontes) da população residente com rendimento, a preços médios do último ano (R\$ 1,00) – Piauí (2024)

Tipo de rendimento	2020	2021	2022	2023	2024	Variação (%) 2024/2023	Variação (%) 2024/2020
Todas as fontes	1.810	1.684	1.959	2.231	2.102	-5,78	16,13
Habitualmente recebido em todos os trabalhos	1.814	1.774	2.103	2.397	2.203	-8,09	21,44
Outras fontes	1.325	1.139	1.303	1.490	1.409	-5,44	6,34
Aposentadoria e pensão	2.091	2.007	1.877	2.187	2.129	-2,65	1,82
Aluguel e arrendamento	1.134	1.097	1.356	1.590	1.063	-33,14	-6,26
Pensão alimentícia, doação e mesada de nã morador	504	494	461	487	498	2,26	-1,19
Outros rendimentos	1.539	1.232	1.958	2.287	1.444	-36,86	-6,17

Fonte: IBGE. PNAD Contínua Anual (PNADC/A 2012-2024). Elaborado pela Superintendência CEPRO/SEPLAN (2025).

Em relação aos rendimentos habituais recebidos pelas atividades laborais, que incluem todos os trabalhos, o valor médio real percebido pelo residente piauiense foi de R\$ 2.203 em 2024, o que equivale a uma diminuição de R\$ 194,00 em relação aos rendimentos dessa natureza em 2023 (R\$ 2.397), como demonstrado nos dados da Tabela 5.

Apesar da redução interanual, a análise de médio prazo demonstra que os rendimentos do trabalho recebidos pelos residentes estaduais apresentaram o maior crescimento entre todas as Unidades da Federação nos últimos cinco anos (21,44%) e ao longo de toda a série histórica (34,08%).

Tabela 5 – Ranking de variação (%) do rendimento médio mensal real da população residente com rendimento habitual recebido em todos os trabalhos (R\$ 1,00) – 2012, 2020-2024

Ranking	Unidades da Federação	2012	2020	2021	2022	2023	2024	Variação (%) 2024/2020	Variação (%) 2024/2012
1	Piauí	1.643	1.814	1.774	2.103	2.397	2.203	21,44	34,08
2	Rio Grande do Norte	2.006	2.509	2.586	2.404	2.432	2.668	6,34	33,00
3	Maranhão	1.565	1.811	1.767	1.791	1.962	2.049	13,14	30,93
4	Alagoas	1.849	2.130	1.936	1.931	2.057	2.406	12,96	30,12
5	Paraíba	1.813	2.197	2.174	2.286	2.488	2.287	4,10	26,14
6	Rondônia	2.470	2.542	2.402	2.555	2.818	3.011	18,45	21,90
7	Espírito Santo	2.684	2.952	2.661	2.888	3.130	3.231	9,45	20,38
8	Tocantins	2.343	2.501	2.505	2.661	2.769	2.786	11,40	18,91
9	Paraná	3.195	3.372	3.157	3.143	3.284	3.758	11,45	17,62
10	Rio de Janeiro	3.182	3.760	3.601	3.484	3.788	3.733	-0,72	17,32
11	Mato Grosso	3.001	3.163	2.960	3.105	3.388	3.510	10,97	16,96
12	Santa Catarina	3.211	3.304	3.206	3.271	3.439	3.698	11,92	15,17
13	Mato Grosso do Sul	2.963	3.208	3.041	3.241	3.273	3.390	5,67	14,41
14	Rio Grande do Sul	3.205	3.404	3.181	3.203	3.339	3.633	6,73	13,35
15	Goiás	2.848	2.763	2.685	2.748	3.096	3.196	15,67	12,22
16	Minas Gerais	2.601	2.670	2.601	2.569	2.968	2.910	8,99	11,88
17	Bahia	1.965	2.397	1.907	1.808	1.937	2.165	-9,68	10,18
18	Amapá	2.608	2.545	2.353	2.583	2.956	2.851	12,02	9,32
19	Sergipe	2.206	2.358	2.158	2.210	2.061	2.401	1,82	8,84
20	Pará	2.140	2.131	2.035	2.092	2.369	2.268	6,43	5,98
21	Ceará	1.995	2.411	2.163	1.955	2.015	2.071	-14,10	3,81
22	São Paulo	3.783	4.035	3.771	3.579	3.754	3.907	-3,17	3,28
23	Pernambuco	2.346	2.313	2.132	1.954	2.020	2.422	4,71	3,24
24	Acre	2.659	2.530	2.353	2.417	2.459	2.563	1,30	-3,61
25	Distrito Federal	5.454	5.415	5.021	4.841	5.168	5.043	-6,87	-7,54
26	Roraima	3.178	2.729	2.756	2.780	2.918	2.823	3,44	-11,17
27	Amazonas	2.699	2.366	2.182	2.175	2.475	2.293	-3,09	-15,04

Fonte: IBGE. PNAD Contínua Anual (PNADC/A 2012-2024). Elaborado pela Superintendência CEPRO/SEPLAN (2025).

Outro destaque expressivo é que o Piauí lidera o país na abrangência de políticas públicas de transferência de renda, com 16,8% da população recebendo benefícios de programas sociais como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Esse é o maior percentual entre os estados brasileiros, evidenciando o alcance da rede de proteção social no estado. Desde 2012, a proporção cresceu 3,9 pontos percentuais, como demonstram os dados contidos na Tabela 6.

Tabela 6 – Ranking de variação (%) do rendimento médio mensal real da população residente com rendimento habitual recebido em todos os trabalhos (R\$ 1,00) – 2012, 2020-2024

Brasil e Unidades da Federação	2012	2020	2021	2022	2023	2024
Piauí	12,9	21,2	16,9	14,5	15,6	16,8
Bahia	11,4	19,9	16,6	13,8	15,7	16,6
Paraíba	12,6	20,3	16	13,8	16,4	15,7
Alagoas	11,3	19,1	16,3	15,1	15,5	15,7
Ceará	12,6	18,1	15,8	13,4	14,7	15,6
Pernambuco	11,1	17,3	14,5	12,9	14,3	15,5
Maranhão	12,7	18,5	15,2	13,7	14,4	15,3
Pará	9,5	18,3	14,9	12,8	13,6	15,2
Sergipe	11,1	18,2	15,9	13,3	14,9	15,2
Acre	7,1	17,7	12,6	10,7	13,1	14,3
Amazonas	8,6	16,9	11,0	10,6	12,6	13,7
Rio Grande do Norte	10,6	18,8	14,3	10,9	12,3	13,4
Amapá	7,0	16,5	10,9	10,0	12,2	13,1
Tocantins	10,0	15,1	10,6	8,8	9,8	10,9
Roraima	12,9	13,3	7,9	7,4	8,3	10,6
Brasil	6,3	13,0	9,5	7,5	8,6	9,2
Rondônia	7,0	12,9	8,7	5,5	7,6	8,0
Minas Gerais	5,7	12,7	8,6	6,2	6,6	7,6
Rio de Janeiro	3,1	10,7	6,3	5,5	6,9	7,5
Mato Grosso do Sul	6,1	12,0	7,8	6,5	7,3	7,4
Goiás	5,7	12,8	8,3	5,7	6,6	7,1
Espírito Santo	4,2	12,6	8,5	5,6	6,7	6,9
Mato Grosso	4,9	10,7	7,2	5,7	6,9	6,9
Distrito Federal	2,9	7,7	5,6	4,6	5,9	6,9
Rio Grande do Sul	3,3	9,0	5,4	3,9	4,8	5,5
Paraná	3,7	8,7	5,4	4,0	4,8	5,1
São Paulo	2,5	9,2	5,9	3,7	4,9	4,9
Santa Catarina	2,0	4,6	3,5	2,3	2,4	2,6

Fonte: IBGE. PNAD Contínua Anual (PNADC/A 2012-2024). Elaborado pela Superintendência CEPRO/SEPLAN (2025).

Em relação ao rendimento médio domiciliar per capita, o Piauí registrou uma diminuição de 2,25% em comparação com 2023 (R\$ 1.380), sendo o terceiro maior recuo dentre as seis Unidades da Federação que apresentaram redução no nível de renda per capita no período (Tabela 7). Devido a este resultado, o Piauí saiu da 17ª maior renda per capita do país em 2023 para a 20ª maior em 2024 (R\$ 1.349), sendo a quarta melhor colocação da Região Nordeste.

Quando comparada ao longo da série histórica, a renda média per capita cresceu 44,74%, passando de R\$ 932 em 2012 (25ª entre as Unidades da Federação) para R\$ 1.349. Esse aumento contribuiu para melhoria de cinco posições no ranking de rendimento domiciliar per capita, e só foi menor que a evolução apresentada por Pará (48,48%), Tocantins (48,45%) e Rio Grande do Norte (46,65%), conforme os dados da Tabela 7.

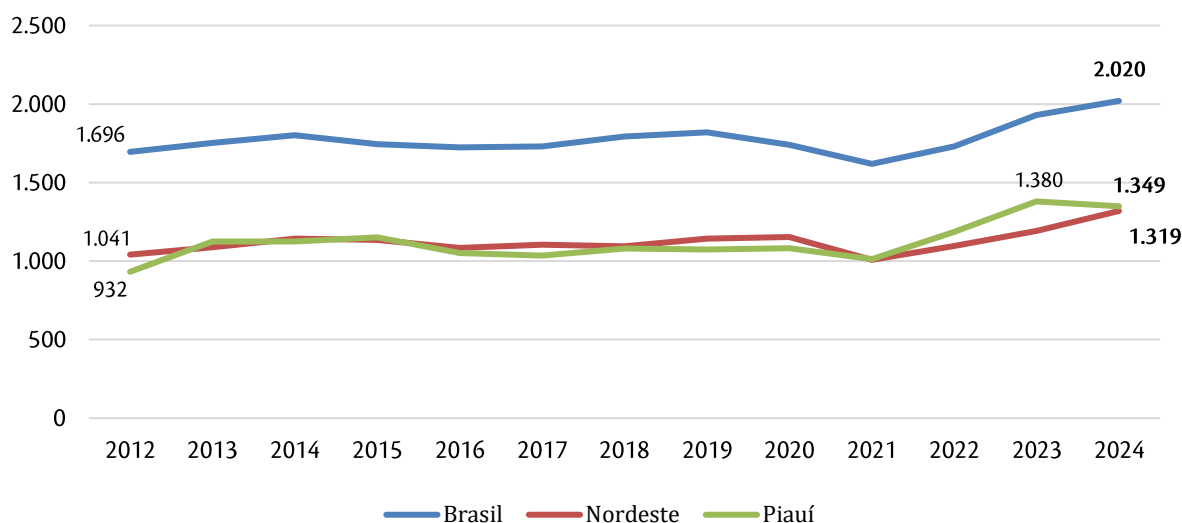
Tabela 7 – Renda per capita a preços do último ano, estados do Brasil, 2023 e 2024

Unidade da Federação	Rendimento 2012	Ranking 2012	Rendimento 2023	Ranking 2023	Rendimento 2024	Ranking 2024	Var. (%) 2024/2023	Var. (%) 2024/2012
Distrito Federal	3.352	1	3.361	1	3.276	1	-2,53	-2,27
São Paulo	2.344	2	2.522	2	2.588	2	2,62	10,41
Santa Catarina	2.073	4	2.306	5	2.544	3	10,32	22,72
Rio Grande do Sul	2.096	3	2.337	4	2.532	4	8,34	20,80
Paraná	1.998	5	2.122	6	2.438	5	14,89	22,02
Rio de Janeiro	1.988	6	2.404	3	2.422	6	0,75	21,83
Mato Grosso	1.675	8	2.034	9	2.235	7	9,88	33,43
Mato Grosso do Sul	1.706	7	2.080	7	2.105	8	1,20	23,39
Espírito Santo	1.642	10	1.962	11	2.068	9	5,40	25,94
Goiás	1.655	9	2.057	8	2.059	10	0,10	24,41
Minas Gerais	1.604	11	1.968	10	1.956	11	-0,61	21,95
Tocantins	1.162	18	1.615	12	1.725	12	6,81	48,45
Rondônia	1.304	13	1.593	13	1.721	13	8,04	31,98
Rio Grande do Norte	1.074	21	1.404	16	1.575	14	12,18	46,65
Roraima	1.517	12	1.493	15	1.513	15	1,34	-0,26
Amapá	1.159	19	1.560	14	1.509	16	-3,27	30,20
Sergipe	1.219	15	1.249	20	1.436	17	14,97	17,80
Pernambuco	1.179	16	1.138	25	1.412	18	24,08	19,76
Paraíba	1.018	24	1.376	18	1.363	19	-0,94	33,89
Piauí	932	25	1.380	17	1.349	20	-2,25	44,74
Bahia	1.107	20	1.173	23	1.342	21	14,41	21,23
Pará	1.048	23	1.331	19	1.326	22	-0,38	26,53
Alagoas	887	26	1.147	24	1.317	23	14,82	48,48
Acre	1.175	17	1.120	26	1.259	24	12,41	7,15
Amazonas	1.229	14	1.219	21	1.231	25	0,98	0,16
Ceará	1.060	22	1.193	22	1.210	26	1,42	14,15
Maranhão	755	27	1.013	27	1.078	27	6,42	42,78

Fonte: IBGE. PNAD Contínua Anual (PNADC/A 2012-2024). Elaborado pela Superintendência CEPRO/SEPLAN (2025).

Apesar da redução, o Piauí ainda se encontra acima da renda per capita do Nordeste (R\$ 1.319), pelo terceiro ano consecutivo. Além disso, o valor da renda per capita do estado em 2024 é o segundo maior de sua série histórica, menor apenas que o valor registrado de 2023 (Gráfico 1).

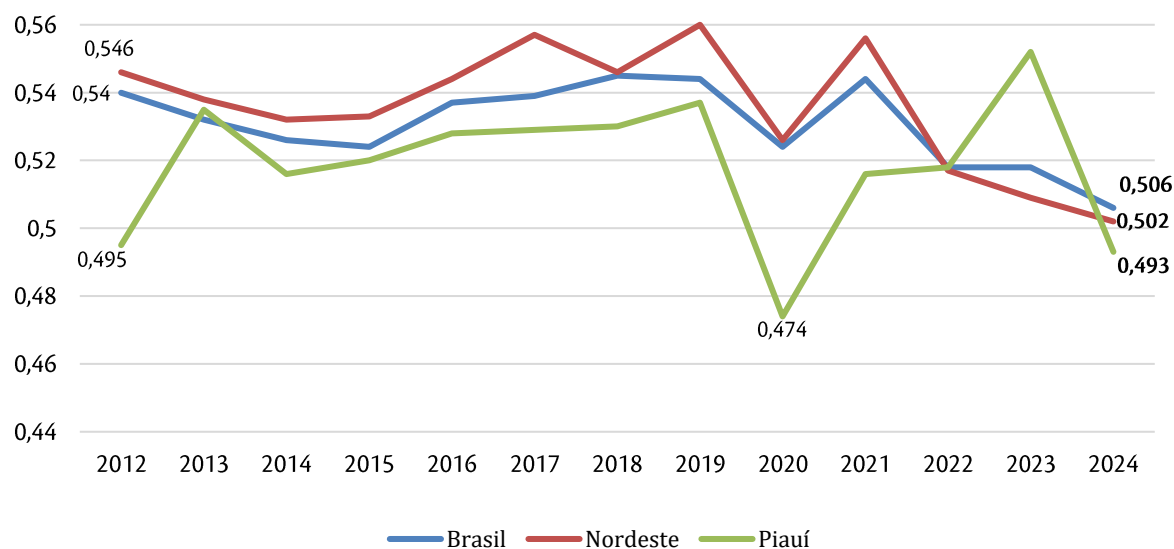
Gráfico 1 – Rendimento per capita a preços do último ano: Brasil, Nordeste e Piauí (2012-2024)



Fonte: IBGE. PNAD Contínua Anual (PNADC/A 2012-2024). Elaborado pela Superintendência CEPRO/SEPLAN (2025).

Quanto à distribuição de renda, em 2024 o estado atingiu o segundo menor valor da série histórica, 0,493, diminuindo em 0,059 em relação ao valor do ano anterior. É o segundo menor patamar de desigualdade ao longo de toda a série histórica, maior apenas do que o observado em 2020 (0,474). Assim, o Piauí se encontra novamente com o índice de desigualdade abaixo do nível regional (0,502) e nacional (0,506) (Gráfico 02).

Gráfico 2 – Série histórica do Índice de Gini – Brasil, Nordeste e Piauí, 2012-2024



Fonte: IBGE. PNAD Contínua Anual (PNADC/A 2012-2024). Elaborado pela Superintendência CEPRO/SEPLAN (2025).

Em comparação com as demais Unidades da Federação, o Piauí apresentou a segunda maior diminuição em relação ao índice de Gini em 2023, tendo Paraíba garantido o maior recuo (-0,064). Dessa forma, em 2024 o Piauí posicionou-se como 17º menor índice de Gini em relação ao Brasil e o 4º menor do Nordeste, como demonstram os dados contidos na Tabela 8.

Tabela 8 – Índice de Gini das Unidades da Federação – 2023-2024

Unidade da Federação	2023	2024	Diferença	Ranking Diferença	Ranking Gini
Santa Catarina	0,418	0,431	0,013	25	1
Mato Grosso	0,452	0,442	-0,01	12	2
Rondônia	0,455	0,443	-0,012	10	3
Minas Gerais	0,476	0,449	-0,027	4	4
Mato Grosso do Sul	0,477	0,455	-0,022	6	5
Rio Grande do Sul	0,466	0,46	-0,006	19	6
Goiás	0,473	0,463	-0,01	13	7
Amazonas	0,512	0,474	-0,038	3	8
Tocantins	0,477	0,477	0,000	22	9
Paraná	0,463	0,477	0,014	26	10
Bahia	0,49	0,481	-0,009	15	11
Espírito Santo	0,486	0,483	-0,003	21	12
Maranhão	0,492	0,487	-0,005	20	13
Ceará	0,513	0,489	-0,024	5	14
São Paulo	0,504	0,491	-0,013	8	15
Pará	0,501	0,492	-0,009	14	16
Piauí	0,552	0,493	-0,059	2	17
Paraíba	0,559	0,495	-0,064	1	18
Sergipe	0,507	0,5	-0,007	18	19
Nordeste	0,509	0,502	-0,007	16	20
Acre	0,511	0,504	-0,007	17	21
Brasil	0,518	0,506	-0,012	9	22
Amapá	0,491	0,509	0,018	27	23
Alagoas	0,486	0,518	0,032	28	24
Rio de Janeiro	0,540	0,523	-0,017	7	25
Rio Grande do Norte	0,535	0,525	-0,010	11	26
Roraima	0,520	0,530	0,010	24	27
Pernambuco	0,496	0,532	0,036	29	28
Distrito Federal	0,543	0,547	0,004	23	29

Fonte: IBGE. PNAD Contínua Anual (PNADC/A 2012-2024). Elaborado pela Superintendência CEPRO/SEPLAN (2025).

Esses indicadores reforçam o impacto positivo das ações de inclusão social e do crescimento da economia, que refletem tanto na ampliação da rede de cobertura de prestação social como no aumento de colocações no mercado de trabalho e de suas remunerações, respectivamente. Assim, os resultados apresentados pelo Piauí ao longo da série histórica de 2012 a 2024 demonstra melhores condições de vida e de maior segurança de renda para a população do Piauí.

REFERÊNCIA

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.
Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadca/tabelas>. Acesso em: 8 maio 2025.

Governo do Estado do Piauí

Rafael Tajra Fonteles

Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN)

Washington Luís de Sousa Bonfim

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais e Planejamento Participativo (CEPRO)

Cíntia Bartz Machado

Diretoria de Estudos Econômicos e Estatísticas (DEEE)

Diarlison Lucas Silva da Costa

Gerência de Estudos Econômicos (GEE)

Leonardo dos Reis Melo

Equipe de Elaboração

Leonardo dos Reis Melo

Matheus Girola Macedo Barbosa

Setor de Publicações

Luciana Maura Sales de Sousa

Teresa Cristina Moura Araújo Nunes

Normalização

Adriana Melo Lima

Capa e Diagramação

Pedro Henrique Soares da Silva

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Adriana Melo Lima CRB-13/842

Informe Socioeconômico – Piauí amplia o número de residentes com rendimentos e se destaca na segurança de renda [recurso eletrônico] / Superintendência CEPRO/SEPLAN – Teresina : CEPRO/SEPLAN, 2025.

11 p. : v. 5, n. 52
Mensal

1. Economia 2. Renda – Piauí. 3. Segurança financeira. I. Título.

CDU 330.564.6(812.2)

Contato

SUPERINTENDÊNCIA CEPRO/SEPLAN

BIBLIOTECA PÁDUA RAMOS

Av. Miguel Rosa, 3190/Centro Sul – CEP 64001-490 – Teresina-PI

Telefone: 0xx86 3221-4809, 3215-4252 – Ramal: 21/22

Email: assessoria.cepro@seplan.pi.gov.br – Sítio: www.cepro.pi.gov.br